

# Maxacali resiste apesar do jogo político

Fotos/Paulo de Deus

MÁRCIO GOMES  
De Bertópolis

Como preservar a cultura indígena e ao mesmo tempo resolver o grave problema de sobrevivência, dada a inexistência na área de fauna e flora suficientes para manter o mesmo estilo sócio-cultural e econômico das atividades básicas como pesca, caça e coleta? Anos atrás essa pergunta era respondida de forma bem clara: muda a cultura. Esse mandamento por diversas vezes foi tentado com os Maxacali, mas caiu por terra em todas as ações intervencionistas. Assim, os Maxacali se transformaram num símbolo de resistência e um grande problema para os condutores oficiais da política indigenista brasileira, que transitam entre a falta de recursos, excesso de burocracia e, principalmente, na esfera da vaidade e do poder, deixando para depois soluções que poderiam ser definitivas.

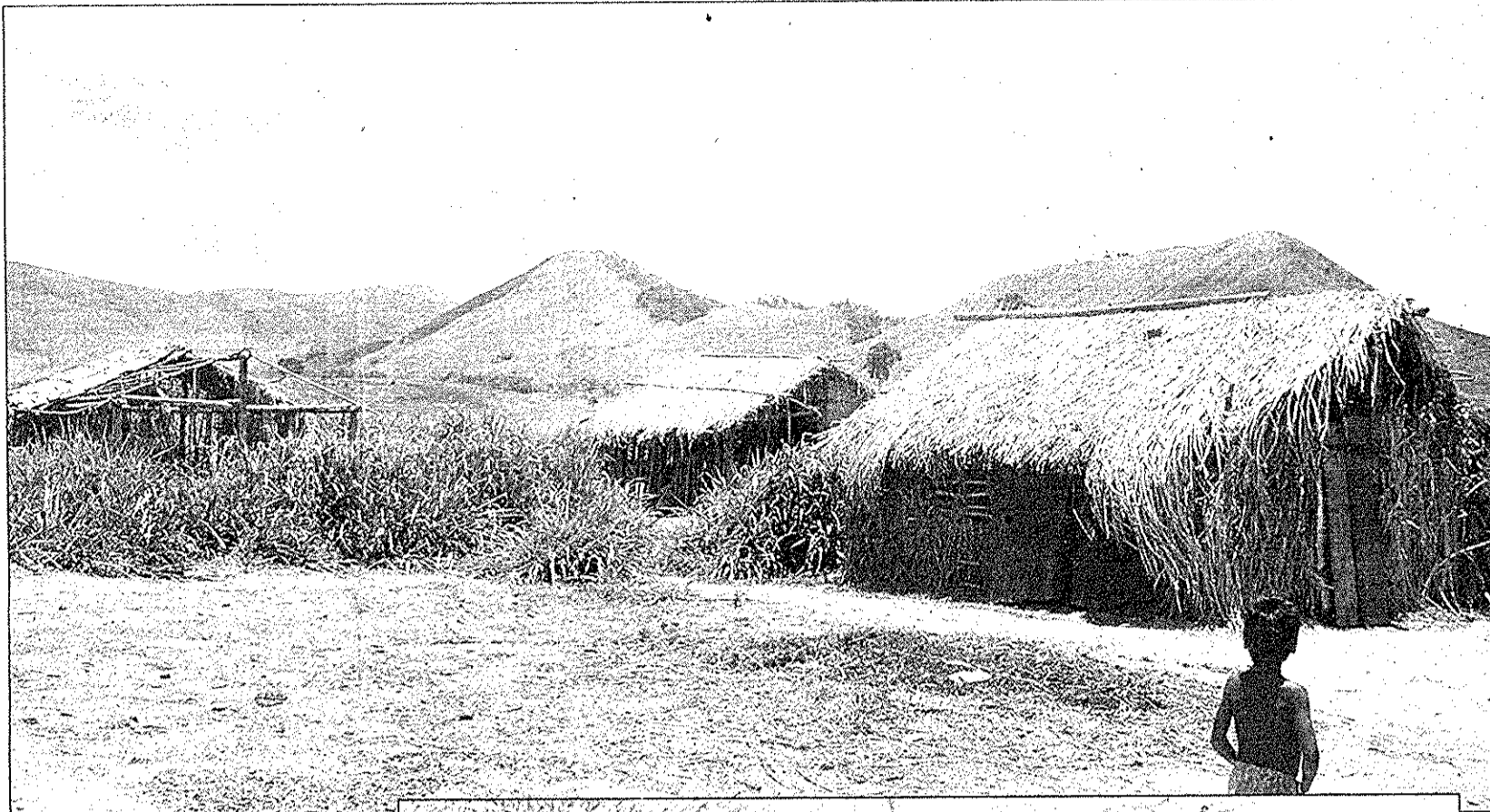
Em 1991, com o governo Collor, a Fundação Nacional do Índio (Funai) foi desmembrada, alocando para os ministérios da Saúde, Educação, Agricultura e Reforma Agrária e Meio Ambiente as ações nas áreas indígenas, dentro da especialização de cada pasta. O resultado já era previsto: a Funai caminha "de pires na mão" em busca da participação dos ministérios que não demonstram maiores interesses - ressalvas para os índios amazônicos, vigiados pela mídia internacional.

## Sem apoio

O Ministério da Agricultura,

por exemplo, não deu qualquer apoio às tribos indígenas mineiras. A participação da pasta seria necessária, por exemplo, na execução de um projeto elaborado pela Delegacia Regional da Funai em Governador Valadares, que previa o plantio intercalado de lavouras de mandioca para auto-sustentação da área Maxacali. Para garantir que os índios não arrancassem as plantas antes de atingirem o ponto de colheita, estava prevista distribuição de alimentos por seis meses. Não saíram as cestas básicas nem as sementes para execução do plantio. O projeto, que deveria começar em outubro do ano passado, está parado no Ministério da Justiça, do qual faz parte a Funai. Do Ministério da Agricultura nada saiu para os Maxacali, que continuam morrendo de fome.

Entre os 750 índios de Bertópolis, cidade do Vale do Mucuri onde estão localizadas as divididas aldeias Maxacali, também se morre por problemas de saúde. Embora não se tenha um diagnóstico epidemiológico, sabe-se que são muitas as mortes causadas por parasitose intestinal, tuberculose e desnutrição. Em 1983, segundo dados apresentados pela professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG, Cleonice Pitangui, a taxa de mortalidade atingia a 76 por mil, principalmente crianças. Mesmo com essa necessidade, sobraram recursos - apesar de pequenos - na Fundação Nacional de Saúde, que recebeu do Ministério da Saúde a tarefa de cuidar dos índios.



## Verbas vão para região amazônica

Além de demora na apreciação da proposta pelos membros da Comissão Executiva Estadual, encarregados de analisar o projeto - como a Fundação João Pinheiro -, um fator tem levado cautela à autora do trabalho: dinheiro. Sabendo do cansaço do Maxacali pelos inúmeros projetos que param ao meio, seja por falta de recursos, ou simplesmente pela mudança do presidente do País ou da Funai (possível de ocorrer por falta de uma política indigenista séria), Cleonice Pitangui deixou para apresentar sua proposta somente quando tiver certeza de seu financiamento. "Se conseguir apoio da Comissão, ainda que parcial, tenho garantia de recursos internacionais para viabilizar o projeto", assegurou, sem adiantar o "santo".

Nos últimos anos, entidades internacionais têm comparecido por várias vezes no financiamento de projetos ligados à questão indígena. Até mesmo o Banco Mundial, que, como resalta o coordenador de Projetos Especiais da Funai, Arthur Mendes, tem ficado, nesse caso, voltado para os índios da Amazônia. "Pelo fato de ligarem a questão ambiental e indígena à Amazônia, os indígenas de Minas aca-



Os Maxacali aguardam a Justiça para reaver a confiança na restituição das terras, espaço vital

bam esquecidos", analisa. A Funai tem diversos projetos para a região amazônica negociados com entidades estrangeiras que somam US\$ 30 milhões - e mais US\$ 18 milhões com o Banco Mundial.

## Desatenção

Mesmo internamente os índios fora da região amazônica não contam com maiores atenções. Enquanto as soluções para a questão da saúde dos Ianomami

foram encontradas com contratação de profissional de nível superior com salários próximos de US\$ 2 mil, o Maxacali não tem na área um assistente de enfermeiro. Uma simples desidratação leva à morte várias crianças na área de Bertópolis.

Mesmo o projeto elaborado em gabinetes de primeiro escalão estadual tem ficado parado. E o caso da proposta global, elaborada pelo coordenador do Projeto Especial de Assistência à Saúde

Indígena de Minas Gerais, Francisco Carlos Cardoso de Campos. A execução do projeto, que prevê a aplicação da medicina utilizada pelo próprio Maxacali, esbarrou na questão dos recursos. "Para garantir pessoal de nível superior somente na área em Bertópolis seria preciso mais de US\$ 5 mil por mês", contabiliza Francisco Campos. (MG)



Adão dos Reis Oliveira, da Funai: Justiça precisa se definir

## Justiça com demarcação

Os Maxacali têm particularidades culturais que, antes de tudo, devem ser preservadas. Se são estranhas aos olhos do homem branco, fazem parte de uma cultura e como tal deve ser respeitada. Entendem os antropólogos que, desenvolvendo ações adequadas a essas características, surgirão as soluções para as condições desumanas nas áreas indígenas, restabelecendo a qualidade de vida em toda a aldeia.

O primeiro passo deve ser a reunificação das duas áreas - Água Boa e Pradinho. O trabalho de demarcação já foi feito, mas como alerta o chefe do posto Pradinho, da Funai, Adão dos Reis Oliveira, "é preciso uma definição logo da Justiça para que se reestabeleça no índio a confiança de que realmente suas terras vão ser restituídas". O Ministério da Justiça determinou em agosto a desapropriação das fazendas que dividem o território Maxacali ao meio, mas os produtores rurais recorreram em ação judicial.

## Ambiente

A partir da redefinição dos limites, um amplo projeto de revitalização ambiental deve ser realizado, como propõe a antropóloga Cleonice Pitangui. Em

1984, ela esteve na área realizando alguns estudos e, desde 1991 está com uma proposta elaborada de um projeto de revitalização da área. O documento foi apresentado para aprovação da Comissão Executiva Estadual da Questão Indígena em Minas Gerais, que desde novembro do ano passado não se reúne, apesar dos insistentes pedidos feitos pelo delegado regional da Funai, Wilton Madson Andrade. A comissão, criada em agosto de 1984, foi encarada com "tamanha importância", que somente em agosto de 1992 se constituiu efetivamente.

Caso aprovado, o projeto desenvolvido pela professora da UFMG prevê a realização de um diagnóstico executado por profissionais de várias áreas, que vão, a partir da demanda e características dos Maxacali, traçar propostas que deem condições de gerar a auto-sustentação do índio. "Não proporemos o retorno ao período da colonização, mas sabemos que é necessário a recomposição do ambiente nas áreas", defende Cleonice Pitangui, mostrando a desconsideração da cultura do índio, quando se exige dele, uma dedicação de muitas horas diárias à agricultura. (MG)

## Devastação deixa marca irreversível

Por mais preservacionistas que sejam as ações junto aos Maxacali, certamente não reverterão as marcas da invasão. Como observa a antropóloga Myriam Álvares, que por cinco meses viveu na aldeia de Pradinho, estudando o lado religioso de seu povo, nenhuma cultura fica impune com a alteração de uma de suas dimensões. "Por outro lado, temos que pensar que todas as culturas - a nossa e a dos índios - são culturas que estão em permanente mudança, transformação, dado o contato com outras culturas que dominam, que os exploram", observa.

A história da humanidade é feita exatamente por esse processo de transformação cultu-

ral. Porém, com os indígenas foram processos violentos, que representaram mais uma devastação do que propriamente transformação. É por isso que tanto a Funai, quanto a sociedade de consciência, deve cuidar para restabelecer a ordem entre os indígenas, dando-lhes condições de acompanhar a história.

"Os Maxacali não tiveram tempo nem condições físicas de se transformarem. Mas a minha esperança é que consigam reinterpretar essa realidade, esse impacto, pois acredito que eles têm uma cultura em nível de cosmologia; organização social, que lhes darão suporte para essa reinterpretação", arremata a antropóloga. (MG)

## Entrevista: Aluízio Fantini Valério

**EM - O Supremo acaba de tornar nulo todos os títulos de terra concedidos pela Ruralminas em área indígena Krenac. Como o senhor avalia essa decisão?**

**AF -** Com absoluta tranquilidade, embora constrija ver um trabalho muito tempo depois não ser considerado. Mas a tranquilidade que eu tenho decorre da convicção clara que a Ruralminas observou a legislação da época no deferimento dos títulos. Nós não somos legisladores, somos aplicadores da lei. A Ruralminas observou a lei quando tramitava o processo, sem ter ocorrido nenhuma oposição, sem nenhum embargo, sem contestação, sem que alguém reclamasse. Enfim, você trabalha dentro de uma margem de segurança. Você constata a avaliação conjuntural daquele momento, e não pode adinhar o futuro.

**EM - A decisão no caso Krenac não foi resultado de mudanças nas leis, mas por ter-se confirmado uma ilegalidade nos processos. A Ruralminas titulou áreas pertencente aos índios. Por que?**

**AF -** Neste caso, então, aconteceram omissões de autoridades que deviam estar presentes no processo. A Ruralminas não é obrigada a ocupar todos os espaços. Ela exerce uma lei que estabelece os critérios de regularização das terras devolutas. Seria exigir que ela representasse todos os papéis: executora, juiz, representação dos interesses indígenas, tudo isso ao mesmo tempo.

**EM - Omissões, mas de quais partes?**

**AF -** Eu não sei. A Ruralminas foi zelosa, cumpriu a sua obrigação institucional. Quero apenas dizer que não cabe à Ruralminas exercer todos os papéis.

**EM - Neste caso, como no**

## Justiça anula as titulações feitas pela Ruralminas

A história está reservando momentos constrangedores ao presidente da Ruralminas, Aluízio Fantini Valério. Se na década de 70 passou pela presidência do órgão assinando titulações, em nomes de civis, de áreas de conflito entre indígenas e posseiros, em 93/94 novamente como presidente da Ruralminas, assiste o Supremo Tribunal de Justiça dar nulidade aos documentos por ele emitidos há cerca de 20 anos.



dos Maxacali, em se tratando de uma área de sérios conflitos entre indígenas e produtores rurais, a Ruralminas não deveria ter agido com mais cuidado...

**AF -** Não fizemos nada que não fosse claro, que não fosse transparente, que não fosse legal. Eu só estranho que se venha questionar um procedimento quase

com 30 anos depois. É muito atraso, é muita omissão em cadeia. Não sei de quem, mas não foi nossa. Imagina a Ruralminas fazer vista grossa a exigências concretas: é porque elas nunca foram colocadas.

**EM - Mas nos levantamentos antropológicos há informações de que nos próprios autos de demarcação das ter-**

ras indígenas constava a presença anterior de índios Maxacali na área que foi titulada em nome dos posseiros.

**AF -** É muito estranho porque qualquer impedimento de ordem administrativa, qualquer reclamação de confrontantes é capaz de paralisar a tramitação de um processo. O problema é que informações preciosas como essas do laudo antropológico chegam muito depois. Se evidentemente ficar comprovado que houve procedimentos que contrariasse interesses, existem formas jurídicas para promover a nulidade desses títulos. Caberá à Ruralminas explicar-se como procedeu. Caberá ao Estado fazer-se representar no processo e sua defesa. A Ruralminas jamais trocaria o interesse de um produtor, por mais relacionamento que ele tivesse dentro da casa, por melhor que fosse o seu conhecimento.

**EM - A Ruralminas então considerou normal um funcionário da Funai aparecer no processo, buscando demarcar para si próprio uma gleba dessa área...**

**AF -** A Ruralminas não tem que ter suspeita nenhuma. Até pelo contrário, porque ninguém melhor para dizer se a área é indígena do que um funcionário da Funai. Pode ser que ele mesmo não tinha, como os antropólogos têm hoje, conhecimento para delimitar aquela área. Não vou discutir o comportamento do funcionário. A presença dele no processo de titulação nos deu até mais conforto. Hoje, com a evolução dos critérios legais, as titulações não começariam em áreas de atrito. Entre titulações urbanas e rurais são mais de 90 mil, e os títulos contestados são insignificantes. Com margem de segurança dessa, vou continuar assim. (MG)